

JULIANO LUIS CAVALCANTI

Graduado em Direito em 1994 pela Universidade do Vale do Itajaí UNIVALI, Pós-Graduado pela Escola Superior do Ministério Público de Santa Catarina em 2000, Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI em 2005.

CPI

**a comissão-parlamentar de inquérito
no âmbito do legislativo municipal**

JH Mizuno
Editora Distribuidora

Leme, 2006

Localização: 342.537.7(81)

C377c

Código de barras: STJ00065807

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
MEYRE RAQUEL TOSI
BIBLIOTECÁRIA - CRB 9 Nº 759

342.537.7 Cavalcanti, Juliano Luis
C366c A Comissão Parlamentar de Inquérito no âmbito do
legislativo municipal/Juliano Luis Cavalcanti. - Leme: Mizuno,
2006.
198p. 21 cm.

Inclui bibliografia e índice alfabético remissivo.

1. CPI - Legislação municipal. 2. Legislação municipal - CPI.
3. Comissões Parlamentares de Inquérito -Municípios. I.
Título.

CDD 342.537.7

Índice para o Catalogo Sistemático

CPI - Legislação municipal	342.537.7
Legislação municipal - CPI	342.537.7
Comissões Parlamentares de Inquérito - Municípios	342.537.7

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
-------------------	-----------

CAPÍTULO 1 **Comissão Parlamentar de Inquérito** **e sua evolução histórica**

1. Conceito de Comissão Parlamentar de Inquérito	23
2. O surgimento das Comissões Parlamentares de Inquérito	27
3. A evolução histórica e a institucionalização das Comissões Parlamentares de Inquérito	32
4. A introdução da Comissão Parlamentar de Inquérito no ordenamento jurídico brasileiro	41
4.1 A Lei 1.579, de 18 de março de 1952	52

CAPÍTULO 2 **A Comissão Parlamentar de Inquérito** **no Atual Ordenamento Jurídico Brasileiro**

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Comissão Parlamentar de Inquérito	61
1.1 Regimentos internos	62
1.2 Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais	70
1.3 Requerimento de um terço de seus membros	72
1.4 Fato determinado	78
1.5 Prazo certo	79
1.6 Relatório e encaminhamento das conclusões ao Ministério Público	81
2. Aspectos destacados das Comissões Parlamentares de Inquérito	84
2.1 Busca e apreensão determinados pela CPI	85
2.2 CPI e má-fé	91
2.3 A proporcionalidade na constituição da CPI	94
2.4 CPI e matéria já encaminhada ao órgão competente para investigação e julgamento	95

CAPÍTULO 3 **A Comissão Parlamentar de Inquérito** **no Legislativo Municipal**

1. Possibilidade de instauração de CPI no Legislativo municipal	97
---	----

Localização: 342.537.7(81)

C377c

Código de barras: STJ00065807

2. Base legal para a CPI municipal	99
3. A autonomia do Legislativo municipal na regulamentação da CPI	100
4. Os poderes da CPI municipal	103
5. A CPI nos municípios: exemplos: São Paulo, Florianópolis e Balneário Camboriú	108
6. Decisões jurisprudenciais sobre CPI municipal nos tribunais pátrios	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
ANEXOS	127
A. Ementas de decisões sobre CPIs municipais	127
B. Exemplos de disposição da CPI em Leis Orgânicas e Regimentos Internos de Municípios Brasileiros	172
B1. Belo Horizonte/MG	172
B2. Timbó/SC	173
B3. Lages/SC	177
B4. Barretos/SP	180
B5. São Bernardo do Campo/SP	183
C. Leis n. 1.579/52 e n. 10.001/00	186
D. Proposição de roteiro para CPI municipal	188
BIBLIOGRAFIA	191
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	197